



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 417/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00309 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Esportes

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Pedido de acesso a prestação de contas do Convênio nº 424/2022, firmado com o município de São Sebastião, cujo objeto é Torneio Internacional de Clubes Beach Soccer. Supressão de instância. Ausência de resposta recursal. Demanda não atendida. Provimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 417/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Esportes, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, o órgão observou “que se trata do mesmo pedido realizado em 08/08/22 sob protocolo [REDACTED] em que foi respondido o seguinte: "Tem esta competência, informo que "a Coordenadoria, disponibilizará a documentação na sede da unidade, visto que existem juntadas de documentos. neste sentido, peço que seja informado ao requerente a disponibilidade, podendo ser agendado com a Rubiana, caso ele tenha interesse” “a fim de complementar a resposta, o endereço para vista dos autos é rua praça Antônio Prado, nº 09, 6º andar, São Paulo, SP.””
3. A ausência de resposta do ente motivou o apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, conforme atribuição prevista no artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, e, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
4. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta ficou-se em silêncio.
5. Deve-se consignar que o direito a acesso à informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou não é o canal correto.
6. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, além de não seguir os procedimentos previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à informação (LAI) e nas disposições do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
7. Constatada a falta de atendimento aos procedimentos definidos nas normas de acesso à informação, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou provimento**, com fundamento no artigo 20, IV, do aludido Decreto nº 58.052/2012, com redação alterada pelo citado Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo referido Decreto 66.850/2022.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 22 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público